

BB perde 87% de seu patrimônio com a anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Banco do Brasil sofrerá um prejuízo equivalente a 87% do seu patrimônio líquido caso seja aprovada a fusão de emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (PMDB-MG) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) concedendo anistia à correção monetária das dívidas dos pequenos e médios agricultores e dos micro e pequenos empresários. Os números foram apresentados ontem pelo presidente do banco, Mário Berard, aos deputados Ricardo Fiuza, Paes Landin, Luiz Eduardo Magalhães e Eraldo Tinoco, todos do PFL, com quem almoçou para discutir o assunto. Os dados foram imediatamente contestados por Humberto Souto, sob o argumento de que a fusão ainda não foi feita e portanto não se sabe qual será o valor perdoado.

Os quatro constituintes ficaram impressionados com a exposição de Berard e manifestaram disposição de encontrar solução negociada para a questão. Conforme Berard, a anistia, com base na fusão das três emendas, será de Cz\$ 324 bilhões, quando o patrimônio líquido do banco, em abril, era de Cz\$ 318,2 bilhões.

A anistia, segundo o presidente do banco, equivalerá a cinco vezes seu lucro total, divulgado no último balanço, que foi de Cz\$ 61,358 bilhões, antes de descontado o imposto de renda. Ele explicou que o prejuízo será pago também pelos acionistas particulares, porque o governo controla apenas 51% das ações ordinárias nominativas.

Como 29,20% do capital do Banco do Brasil são de ações nominativas, 70,80% estão nas mãos de particulares que seriam obrigados a responder pelo prejuízo causado pela

anistia. Ricardo Fiuza disse que vai procurar solução negociada por causa da situação pré-falimentar da pequena e média empresa agrícola, bem como em função do volume de subsídios que a sociedade brasileira precisaria para cobrir o prejuízo, "que representa duas vezes o valor economizado pelo governo com o congelamento da URP do funcionalismo público".

Humberto Souto contestou as alegações e adiantou que o texto resultante da fusão deverá conceder o benefício apenas ao pequeno e médio produtor rural e ao micro e pequeno empresário que não possam pagar o débito. O critério para aferir a situação de cada devedor será a possibilidade de pagamento sem interrupção da sua atividade. A anistia será concedida apenas se houver necessidade de vender a empresa para honrar o compromisso.

Amato alerta para retrocesso

AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, afirmou ontem em Curitiba que é necessário impedir "alguns constituintes" de levarem o Brasil "à contramão da História", por defenderem teses como o tabelamento dos juros, as restrições ao capital estrangeiro ou o direito à greve perversa, o que considera um "retrocesso". Segundo Amato, a Fiesp está solidária com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na tentativa de rever estas teses.

Amato afirmou que a Fiesp vai se empenhar, particularmente, na supressão da emenda que prevê jornada de trabalho de seis horas e direito à greve. "Os próprios constituintes ainda não perceberam a gravidade do que estão fazendo, enfatizou.

Para Amato, a queda de 7,9% na taxa de produção industrial é uma mostra da diminuição dos negócios que está levando o País à estagnação. O presidente da Fiesp acredita, no entanto, que, a partir da definição do mandato do presidente Sar-



Newton Aguiar — 6488
Mário Amato

ney, a indústria inicie um processo de recuperação. Em sua opinião, a queda nos negócios tem relação imediata com a cobrança trimestral do Imposto de Renda: "Quem estava com algum dinheiro teve de tirar para pagar o Trileão, e o reflexo na economia foi imediato".

ANISTIA

Em Porto Alegre, o presidente em exercício do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (Ciergs), Bolívar Moura, criticou a anistia da correção monetária para os empréstimos obtidos durante o Plano Cruzado, que deverá ser analisada pela Constituinte. Segundo Moura, a solução não é perdoar a dívida, mas "conceder refinanciamento, com estipulação de carências adequadas e alongamento dos prazos".

Moura se justificou afirmando que "a contrapartida do lucro é o risco, e o risco não pode ser diluído por toda a sociedade". A seu ver, propostas como essa são "evidentemente deseducativas"; sua aprovação seria equivalente a um prejuízo de US\$ 6,4 bilhões para o sistema bancário, que acabaria coberto pelo próprio governo, elevando o déficit público.

Cebrae sugere congelamento da correção

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Paulo Lustosa, presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), encaminhou ontem ao senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) uma proposta alternativa à sua emenda de anistia para as dívidas que as micro e pequenas empresas assumiram durante o Plano Cruzado. Afirmando que o pequeno segmento empresarial não deseja a anistia dos débitos, mas sim que o governo permita a renegociação das dívidas em condições diferenciadas, Lustosa sugere que, após a promulgação da Constituição, tenham um prazo de 90 dias para liquidar o saldo do principal e dos juros das dívidas. A partir desse dia, a correção monetária seria congelada e parcelada em 12 meses, com juros de 2,5% ao mês.

O senador Mansueto de Lavor achou a proposta "muito criativa para se sair do impasse criado com a emenda da anistia aos débitos", e disse a Lustosa que a alternativa para o problema "será mesmo a negociação".

Couto condena anistia à dívida da microempresa

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, uniu-se ontem, em Brasília, ao coro dos que condenam a concessão de anistia às dívidas que as pequenas e microempresas assumiram durante o Plano Cruzado. "Espero que a Constituição não aprove essa medida, que trará ainda mais problemas ao País", defendeu. Costa Couto reconheceu a importância desse segmento da economia, mas proclamou: "A empresa inviável tem de fechar as portas, pois não há como patrocinar a inviabilidade empresarial com o dinheiro do contribuinte". O ministro disse que muitas empresas não sobreviveram ao Plano Cruzado por incompetência administrativa ou uso de tecnologia inadequada.

"Acho, portanto, que devemos nos concentrar naquilo que é substantivo: viabilizar as empresas que sejam viáveis, pois para outras não há nada a fazer. Outra alternativa nesse sentido, na sua opinião, seria, ao invés da anistia à correção monetária dos empréstimos, a fixação de uma carência, prazos mais longos para pagamento e até novos financiamentos.



Sérgio Borges — 13488
Costa Couto

Estudo desaprova Triângulo

A criação do Estado do Triângulo, reunindo 75 dos 723 municípios mineiros, "é ruim para o Triângulo, ruim para Minas e péssima para o Brasil", afirma um estudo da Secretaria de Planejamento do Estado. "Equívocos de uma proposta", demonstrando que, economicamente, sua posição em relação aos demais estados brasileiros seria desastrosa, enquanto a divisão pouco representaria para Minas Gerais. O estudo revela que, sem o Triângulo, Minas passará para o 3º lugar em arrecadação de ICM, enquanto o novo estado ficaria com o 13º do País.

Esses dados são contestados pelo deputado Chico Humberto (PMDB), autor da emenda coletiva que propõe a criação do Estado do Triângulo através de plebiscito a se realizar 120 dias após a promulgação da nova Constituição. O deputado contesta a seriedade do estudo, fazendo graves acusações. Ele denuncia, por exemplo, a manipulação proposital dos dados da secretaria mineira em função da Valor Adicional Fiscal (VAF), que, segundo afirma, computa para outros municípios de Minas, principalmente Belo Horizonte, toda a arrecadação da região do Triângulo. Chico Humberto garante que, se os impostos ficarem onde foram gerados, o Triângulo

teria uma arrecadação superior à de todo estado de Minas Gerais. E garante que "o Triângulo não ficará em Minas, é só uma questão de tempo".

Além das razões econômicas, o estudo invoca razões de ordem his-

Pesquisa aponta derrota da emenda

Cerca de 200 dos 559 constituintes irão votar contra a emenda estabelecendo a divisão do Estado de Minas Gerais e a criação do Estado do Triângulo; o número de abstenções chegará a 100 e os demais estarão divididos entre os faltosos e os favoráveis. O levantamento foi feito pelo deputado Hélio Costa (PMDB-MG), contrário à proposta.

Também contrário à emenda, o deputado José Elias Murad (PTB-MG) acredita que, dos 56 constituintes mineiros, 47 votarão contra. Segundo Murad, caso aprovada, "ela acabará com a unidade nacional e provocará um grande desequilíbrio político e econômico no País". Nos próximos dias, estará chegando aos constituintes um manifesto contra a medida, assinado por 68 dos 75 prefeitos do Triângulo.

tórica, cultural, política e até moral para colocar-se contra a emancipação. Diz, por exemplo, que tomando por base a arrecadação de ICM, em 1987, verifica-se que a região do Triângulo, ao apurar uma receita de Cz\$ 7 bilhões, passaria a ocupar um desconfortável 13º lugar entre os demais estados brasileiros, afetando também a posição do estado, que do 2º lugar que ostenta hoje, com uma receita de Cz\$ 58,8 bilhões, cairia para o 3º lugar na ordem geral dos estados brasileiros.

Contestando esses dados, o deputado Chico Humberto garante que a região do Triângulo detém a maior produtividade por área de todo o estado, o 7º maior rebanho bovino do País, a 2ª maior taxa de crescimento da população, e a maior renda per capita do Brasil, além de aparecer com um dos melhores índices de desemprego, em nível nacional, e produzir 93% da energia elétrica de Minas Gerais. Além disso, o constituinte considera "excelente" a posição de 13º lugar que o novo estado vai ocupar caso seja mesmo desmembrado. O município de Uberlândia, revela, um dos mais ricos da região do Triângulo, só recebe 0,9% em tributos federais sobre o que arrecada.